CAMPUS AVANÇADO COMO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

* Isabel Amélia Costa Mendes
** Maria Auxiliadora Trevizan
** Ana Maria Palermo da Cunha

RBEn/04

MENDES, I.A.C. e colaboradores — Campus avançado como extensão universitária. **Rev. Bras. Enf.**; DF, 31 : 32-38, 1978.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Entende-se por Extensão Universitária toda atividade universitária que vise a integração universidade-comunidade.

É definida por SOUZA[11] como um subsistema, através do qual a Instituição de Ensino Superior projeta suas funções básicas — ensino e pesquisa, estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retro-alimentação dos outros dois sub-sistemas componentes do Sistema Universitário — o Ensino e a Pesquisa.

São consideradas atividades de extensão: cursos; realização de estudos; participação em iniciativas de promoção de natureza científica, legislativa, artística, cultural e esportiva; elaboração e orientação de projetos em matéria científica, técnica e educacional; divulgação de resultados e conclusões de trabalhos científicos; programas de ação comunitária; serviços prestados. Estas atividades propiciam "aos corpos discentes e docentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento"[3].

"A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se à pessoas e instituições públicas ou particulares, abrangendo serviços que serão executados de acordo com planos específicos"[9].

Cabe à Universidade procurar os meios para fornecer o conhecimento útil à sociedade, devendo esta sofrer as influên-

* Representante da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto junto ao Conselho Diretor do Campus Avançado de Rio Branco-Acre.
** Docentes do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

cias daquela, e consequentemente, obter seus beenfícios.

Assim compreendida esta função, ela objetiva integrar o saber universitário na vida real da comunidade sem, no entanto, se deixar absorver pela mesma, sem estar vinculada apenas e tão somente ao aspecto assistencial, mas buscando na realidade dos fatos observados, na vivência dos problemas detectados, as soluções para estes problemas sob os aspectos: cultural, científico, filosófico e técnico; por outro lado, a Universidade também se beneficia ao entrosar-se com a comunidade e empregar recursos para assimilar a experiência, cultura, e valores daquela ambiência.

Para que esse objetivo seja atingido é necessário que a comunidade-grupo humano situado numa área geográfica definida, mantendo interrelacionamento com identidade de interesses e ideais — esteja motivada e preparada a fim de que possa incorporar-se ao processo de desenvolvimento; assim sendo, a Extensão Universitária permite que a Comunidade sinta de perto a Universidade, integre-se a ela e vice-versa.

Embora prevista em Lei, dentre as funções da Universidade, a Extensão é a que menos se desenvolveu; por conseguinte, está recebendo grande atenção por parte do Governo.

O Ministério da Educação e Cultura criou em 1975 a Coordenação de Atividades de Extensão no Departamento de Assuntos Universitários, a qual elaborou, divulgou e distribuiu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária[11] com o objetivo de coordenar, a nível nacional, as experiências de extensão. Após o levantamento das atividades extensionistas em andamento nas Universidades, a Coordenação de Atividades de Extensão traçará um esquema de trabalho que vise a maior economia, racionalizando os trabalhos de modo a evitar a duplicação de recursos humanos, materiais e financeiros.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária[11] estabelece ainda que a "Coordenação das Atividades de Extensão deverá articular-se com Organismos que servem de suporte à ação extensionista das Universidades, visando a garantia de uma linha de ação em comum e a promoção de atividades que possam garantir esta unidade'.

Deste modo, o Ministério da Educação e Cultura efetuará a coordenação, supervisão e avaliação das várias formas de extensão existentes — tanto as experiências próprias das Universidades, quanto aquelas estimuladas por outros Organismos, como por exemplo os Campos Avançados da Fundação Projeto Rondon.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO — FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

O Projeto Rondon surgiu em julho de 1967 quando universitários liderados pelo professor Wilson Choeri, da Universidade do Estado da Guanabara, planejaram e realizaram um estágio no território de Rondônia. Através desta experiência os universitários sentiram não conhecer plenamente os problemas existentes no interior brasileiro, conscientizando-se de que deveriam levar às regiões menos desenvolvidas do país as noções e técnicas adquiridas nas Universidades, motivando assim as comunidades a encontrar o modo de resolver seus problemas e contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento nacional.

Esta equipe pioneira, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e a sua filosofia de integração, denominou PROJETO RONDON ao movimento que surgia e que passou a ter âmbito nacional. O sucesso desta ope-

ração desencadeou o planejamento e execução de outras.

Em junho de 1968, o Governo Federal instituiu o Grupo de Trabalho Projeto Rondon através do Decreto n.º 62.927 e em novembro de 1970, pelo Decreto n.º 67.505, passou a denominar-se PROJETO RONDON e a funcionar como órgão autônomo, de administração direta, subordinado ao Ministério do Interior. Transformou-se em Fundação em dezembro de 1975 pela lei n.º 6.310[5].

O Projeto Rondon tem seus princípios e objetivos fundamentados na integração nacional, na prestação de serviços às comunidades e no treinamento profissional dos universitários. Como movimento que pertence à comunidade brasileira, funciona como um organismo promotor de mobilização da juventude, criando uma mentalidade nacional de participação comunitária que visa a valorização do homem. GUIMARÃES[2] continua esta mobilização como a "conscientização pelo conhecimento de realidades a serem vivenciadas ou por terem sido vivenciadas", conscientização esta decorrente da criação de uma motivação universitária com vistas ao conhecimento da realidade.

Programas

Seu desenvolvimento histórico caracterizou-se por uma tendência constante de crescimento, como demonstra o quadro: "Evolução da Participação Universitária-1967/1976", publicada pela Fundação Projeto Rondon[7].

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO UNIVERSITÁRIA 1967/1976

PROGRAMAS / ANO	OPERAÇÕES			CAMPUS AVANÇADO	PROFIX	ESTÁGIO REMUNER.	TOTAL
	NACIONAL	REGIONAL	ESPECIAIS				
1967	27	-	-	-	-	-	27
1968	648	3.065	-	-	-	-	3.713
1969	4.220	1.524	-	205	-	-	5.949
1970	3.397	2.273	-	635	-	-	6.305
1971	2.971	1.453	-	1.152	-	-	5.576
1972	4.705	5.163	3.703	1.923	07	-	15.501
1973	4.546	6.658	4.305	3.059	35	7.812	26.415
1974	4.423	4.438	5.541	3.352	38	12.154	29.946
1975	4.463	-	8.352	3.624	70	9.874	26.383
1976	2.905	5.648	6.139	3.789	48	13.647	32.176
TOTAL	32.305	30.222	28.040	17.739	198	43.487	151.991

A crescente demanda e, consequentemente, a participação de maior número de universitários nas tarefas de desenvolvimento e integração nacional impulsionaram a criação e execução dos programas do Projeto Rondon citados no quadro acima, os quais têm as seguintes características:

OPERAÇÃO NACIONAL — é realizada nos meses de janeiro e fevereiro, quando o universitários se desloca de sua re-

gião geo-educacional para trabalhar em comunidades interioranas, vivenciando realidades diversas daquelas de sua origem. Atualmente as áreas de atuação para este programa estão centradas em 3 regiões brasileiras: Polonordeste (Ceará e Piauí), Pantanal Matogrossense e Geo-econômica de Brasília.

OPERAÇÃO REGIONAL — Neste programa o universitário desenvolve atividades na região geo-econômica a que pertence, o que lhe propicia uma visão mais concreta dos problemas locais pela sua participação na busca de soluções para os mesmos. Realiza-se no mês de julho.

OPERAÇÃO ESPECIAL — É a realização de trabalhos específicos, em qualquer época do ano, que atendem aos interesses de entidades públicas ou privadas com as quais a Fundação Projeto Rondon firma convênios. Este programa não tem duração determinada e seu objetivo varia conforme o tipo de trabalho planejado, mas proporciona ao universitário a participação em projetos que constituem treinamento prático que complementa a sua formação profissional, além de beneficiar, direta ou indiretamente, a comunidade atingida.

ESTÁGIO REMUNERADO — Visa a organização de estágios profissionais para universitários dos últimos semestres em órgãos públicos, dentro de suas especialidades — estágios estes que proporcionarão aos estudantes conhecimentos úteis para o futuro exercício da sua profissão e que ainda favorecem aqueles que necessitam de recursos financeiros para o custeio de seus estudos.

INTERIORIZAÇÃO E FIXAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PROFIX) —

A finalidade deste programa é fixar técnicos de nível superior e médio nas localidades carentes da Amazônia Legal e do Nordeste. Para tanto, o Projeto Rondon, em convênio com o Ministério do Trablho, oferece condições ao técnico com o objetivo de facilitar a sua fixação na região interiorana.

CAMPUS AVANÇADO

Como se verifica, através das características dos programas citados, os universitários têm tido oportunidade de aquisição de experiências fora da Universidade, levando às áreas mais carentes de recursos, em diversas regiões do país, os conhecimentos e as técnicas aprendidas em seus cursos.

Constatou-se, entretanto, que os primeiros programas das Operações Nacional e Regional não atingiam totalmente os objetivos que visavam o desenvolvimento das comunidades, devido principalmente, ao caráter de descontinuidade dos trabalhos. Os relatórios de atividades dos participantes destas operações evidenciavam críticas sobre a atuação, apontando como falhas: a) o trabalho sofria interrupção na sua continuidade e consequentemente o levantamento de dados para o diagnóstico da situação se fazia necessário em cada operação; b) as atuações em regiões interioranas somente nos períodos de férias, tinham conotação apenas assistencial e não permitiam a implantação de um trabalho cujos resultados surtissem efeito à longo prazo sobre a área; sentia-se a falta de um desempenho técnico de maior alcance.

Contudo não se pode negar que a participação do universitário nos programas mencionados proporcionou-lhe uma conscientização da realidade do interior de nosso país, pois, colocou-o frente a problemas, muitos dos quais desconhecidos até então; entretanto a atuação interrompida e paliativa não mais satisfazia as expectativas dos universitá-

rios que sugeriram, em seus relatórios, uma forma de atuação permanente. Assim é que a concretização da idéia original do Projeto Rondon foi se delineando e consolidada a sua filosofia: participação efetiva da Universidade no processo de desenvolvimento nacional.

Surge, em 1969, o terceiro programa do Projeto Rondon — o Campus Avançado com um plano de educação interiorizada, pretendendo estender a participação das Universidades, de modo a dimensionar a sua responsabilidade como agente do progresso social, atingindo "as metas governamentais de interiorização da cultura e do desenvolvimento integrado de todas as áreas"[6].

— Caracterização e Objetivos

O Campus Avançado — único programa do Projeto Rondon considerado pelo Ministério de Educação e Cultura como sendo de Extensão Universitária — caracteriza-se pela presença constante de universitários e professores na região onde se encontra instalada a sede do Campus, executando atividades que visam ao desenvolvimento daquela região, atividades estas vinculadas aos currículos das Universidades e supervisionadas por seus departamentos.

Portanto, os Campus Avançados são extensão das Universidades em regiões menos desenvolvidas do país e consideradas pelo Governo Federal como polos de desenvolvimento embora ainda carentes de recursos. "São comunidades que sofrerão profundas modificações em suas estruturas, hábitos, mores e mesmo valores e onde o Projeto Rondon e as Universidades poderão melhor atuar, não só preparando-as psicologicamente para o ímpeto que o crescimento sócio-econômico irá produzir, como também cooperando na execução de projetos dos diversos órgãos que atuam na área. Desta forma, os benefícios decorrentes deste trabalho integrado entre universidades, órgãos públicos e comunidades advirão e produzirão resultados benéficos para o desenvolvimento dessas regiões"[8].

Assim, o Campus é dirigido por uma Universidade ou por um grupo de Instituições de Ensino Superior e as atividades desenvolvidas contam com a participação da comunidade e dos órgãos federais e estaduais atuantes na região.

Os objetivos fundamentais deste programa são:

"— propocionar à região melhores condições de se transformar em pólo de desenvolvimento;

— proporcionar educação de base;

— dar condições aos universitários de obterem outros ensinamentos através da prática, mediante a execução de trabalhos e projetos junto a comunidade;

— criar meios para adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e política de fixação de técnicos;

— cooperar com órgãos públicos federais, regionais ou municipais, bem como órgãos privados, sob forma de projetos, estudos, pesquisas e serviços com vistas à implantação de programas específicos para o desenvolvimento local integrado;

— propiciar o engajamento dos grupos populacionais, a interação do homem ao meio, desenvolvendo e fortalecendo as lideranças necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento das comunidades, contribuindo assim para melhorar o nível de vida da população do interior brasileiro;

— trazer à universidade a perfeita visão da realidade brasileira;

— contribuir para a integração da instituição universitária às comunidades brasileiras;

— ser veículo de aprimoramento da comunidade como forma representativa da potencialidade de sua instituição universitária;

— contribuir para melhorar o nível de vida da população sendo ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário;

— possibilitar que a universidade estenda à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhe são inerentes"[8].

Existiam atualmente 22 Campus Avançados que abrangem uma área de 114 municípios brasileiros. A região Amazônica conta com 14 Campus Avançados, um dos quais o Campus Avançado de Rio Branco-Acre, mantido por Instituições de Ensino Superior da região de Ribeirão Preto.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM

Dentre estas instituições que mantém convênio com o Projeto Rondon, o Município de Rio Branco e o Governo do Estado do Acre, está incluida a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

A Enfermagem, como profissão em desenvolvimento e como área integrante do Sistema de Saúde, tem constantemente procurado levar o estudante e o profissional a uma compreensão mais ampla de saúde, visando ao atendimento das necessidades prioritárias da população e ao desempenho de atividades profissionais compatíveis com a realidade brasileira — concorrendo e cooperando, desta forma, para a solução dos problemas de saúde do país. Considerando que o enfermeiro é tido como um participante ativo do processo de desenvolvimento social, visto que integra a Equipe de Saúde, é imprescindível que durante a sua formação oportunidades lhe sejam oferecidas para o planejamento e execução de tarefas junto às comunidades.

Ao relevar a importância do aproveitamento de ambulatório como áreas de ensino prático de enfermagem, COSTA[1], afirma não haver muita coerência entre a orientação teórica com que se procura conduzir o ensino de enfermagem e a orientação prática que continua sendo oferecida aos estudantes. RIBEIRO[10] contesta o dualismo entre o ensino e a prática de enfermagem, afirmando que o ensino deve se processar cada vez mais fora das salas de aula e assevera que "a harmonia entre educação e prática irá favorecer o desenvolvimento da profissão e do profissional, dando a este maiores possibilidades de contribuir para o progresso do país. Nenhuma escola sobrevive sem relação a um contexto social, sem aplicação prática dos conhecimentos teóricos que difunde, e nenhum serviço sobrevive sem alimentar-se continuadamente de novos conhecimentos e da renovação de métodos. O constante "feed-back" dependerá do entrosamento educação-trabalho".

Ora, se o Campus Avançado busca a integração das diversas regiões brasileiras através do intercâmbio de equipes de universitários, proporcionando ao jovem brasileiro um contato direto com os problemas e potencialidades do país e se esta vivência complementa a sua formação profissional e pessoal, claro está que este programa do Projeto Rondon deve ser cada vez mais utilizado e valorizado pelos profissionais e acadêmicos de enfermagem. Utilizando esta forma de Extensão Universitária, que objetiva o treinamento profissional, a motivação das comunidades e a prestação de serviços, a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto tem oferecido condições para que seus universitários e docentes atuem na área geo-econômica de Rio Branco desde 1971. Várias foram as atividades desenvolvidas; tais atividades estão detalhadas em trabalho anterior[4] e podem ser assim sintetizadas:

Educativas — palestras ministradas para vários grupos da comunidade; cursos de treinamento de atendentes em 7 hospitais dos municípios de: Rio Branco, Xapuri e Brasiléia; cursos de treinamento de parteiras curiosas; cursos de socorros de urgência para soldados da Polícia Militar; curso de treinamento de pessoal para Postos de Saúde; curso sobre Higiene Escolar para orientadores educacionais e inspetores de alunos.

Administrativas — assessoria à Escola Auxiliar de Enfermagem de Rio Branco; organização do Setor de Imunização do Centro de Saúde de Rio Branco; organização e implantação do sistema de cartões de medicação; elaboração de rotinas para o funcionamento dos Serviços de Enfermagem; orientação e supervisão de funcionários; organização de Berçários, Lactários e Centros de Esterilização de Material.

Preventivas — participação em campanhas de imunização; visitas domiciliares; consultas de enfermagem; educação sanitária; atuação durante epidemia de meningite.

Assistência direta — a pacientes, famílias e comunidades.

Pesquisa — levantamento de dados para pesquisas em enfermagem e colaboração em pesquisas médicas.

O estágio no Campus Avançado de Rio Branco oportuniza aos nossos universitários, além da experiência e vivência de problemas relativos à profissão, a convivência com equipes multiprofissionais que, por si só, concorre para conduzir a um enriquecimento interior, a um melhor preparo a atividade profissional a que vai se dedicar.

Do exposto, conclui-se que o Campus Avançado constitui um instrumento de concretização da Extensão porquanto, ao mesmo tempo em que coloca a Universidade à serviço da comunidade, oferece abertura para estudantes e docentes das Escolas de Enfermagem no processo de integração Extensão Universitária — Campus Avançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COSTA, Judith — Aproveitamento dos ambulatórios como áreas de ensino prático de enfermagem. **Rev. Bras. Enf.**, 22 (1-2): 19-25, jan./jun., 1970.
2. GUIMARÃES, Neljanir — Projeto Rondon, a opção jovem de desenvolvimento. Ministério do Interior. Brasília, 1976.
3. Lei 5540 de 28 de novembro de 1968. Artigo 40, alínea "a".
4. MENDES, Isabel A. C. — Atuação da Enfermagem em Campus Avançado — relato de atividades. Em publicação.
5. MINISTÉRIO DO INTERIOR — A fundação Rondon já é uma realidade. Publicação 10/76. Editora Gráfica Brasileira. Brasília, 1976.
6. MINISTÉRIO DO INTERIOR — Projeto Rondon — Extensão Universitária. Publicação 27/76, Centro de Serviços Gráficos do IBGE. Brasília, 1976.
7. MINISTÉRIO DO INTERIOR — Fundação Projeto Rondon — 10.º CCMI. Brasília, Fev. de 1977.
8. PROJETO RONDON — Normas Gerais para funcionamento de Campus Avançado. Brasília, 1971.
9. REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO — Artigo 170, pág. 118.
10. RIBEIRO, C. M. — Novas tendências no ensino e na prática da enfermagem. **Rev. da Esc. de Enf. da USP, 4** (1-2). 21-39, mar./set., 1970.
11. SOUZA, Edson Machado — Plano de Trabalho de Extensão Universitária. MEC/CODAE/DAU, Brasília, 1975.